



Informe de Política Exterior Brasileira

Nº 868

06/07/2025 a 12/07/2025¹



O Observatório de Política Exterior Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal gerido pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e executado por docentes e discentes da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou o prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e, em 2011, ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

O informe é uma resenha a respeito das notas à imprensa do Ministério das Relações Exteriores e das notícias que têm por tema central a política exterior brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

Coordenação: Prof^{fa}. Dr^a. Bárbara Motta, Prof^{fa}. Dr^a. Marília Carolina Souza Pimenta, Prof^{fa}. Dr^a. Lívia Peres Milani.

Equipe de revisão: Amauri Marcelo Fernandes Junior, David Crispim Bernardes, Mariah dos Reis Eller Figueira Soares, Pedro Lopes da Ponte e Ríllari Ferreira Castro e Silva.

Equipe de redação: Ana Beatriz Mação de Barros Ferreira, Ana Cecília Aquino dos Santos, Arthur Lellys Freire Marques de Freitas, Ícaro Busch Molon Rigo, João Mateus Rodrigues da Costa Dora, Lucas Sandrini Furtado, Luciana Melo dos Santos, Maria Eduarda Cater Souza Monteiro, Maria Eduarda Sales de Paiva, Maria Eduarda de Souza, Nara Brisa Aragon Pereira, Rebeca dos Santos Tosta, Robson Abraão Fonsêca Viana, Sabrina dos Santos Amorim, Stheophany dos Santos Diniz e Thaíssa Fernanda de Oliveira Souza.

¹ Nos dias 10 e 12 de julho não houve notas do MRE. Nos dias 07, 08 e 11 de julho não houve notas de PEB.

Lula criticou decisão da Otan de ampliar gastos militares e defendeu solução diplomática na abertura da cúpula do Brics

No dia 6 de julho, no Rio de Janeiro, durante discurso de abertura da cúpula de líderes do Brics, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou o aumento dos gastos militares da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que passou a recomendar aos seus 32 membros a destinação de 5% do PIB à defesa, e apontou a medida como reflexo de prioridades políticas equivocadas. Segundo o presidente, enquanto falta compromisso para destinar os 0,7% prometidos à assistência oficial ao desenvolvimento, sobra disposição para financiar a corrida armamentista. Lula reiterou que os recursos necessários à implementação da Agenda 2030 estão disponíveis, mas não são mobilizados devido à ausência de vontade política, e afirmou que é mais fácil investir na guerra do que na paz [sic]. Ainda defendeu o cessar-fogo e diálogo direto entre as partes na Guerra da Ucrânia, promovendo o Grupo de Amigos para a Paz, liderado por Brasil e China, como via de mediação. A declaração final da cúpula manteve críticas a Israel pelas agressões em Gaza, Líbano e Síria, mas evitou responsabilizar diretamente EUA e Tel Aviv por ataques ao Irã ([Folha de S. Paulo - On-line - Mundo - 06/07/2025](#)).

Itamaraty convocou representante dos EUA após embaixada defender Bolsonaro e citar perseguição política

No dia 9 de julho, em Brasília, por meio da convocação do encarregado de negócios Gabriel Escobar, o Itamaraty expressou descontentamento com declarações da missão diplomática dos Estados Unidos que endossaram falas do presidente Donald Trump sobre suposta perseguição política ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A embaixada estadunidense afirmou que Bolsonaro e sua família são parceiros dos EUA e chamou as investigações no Brasil de “vergonhosas e antidemocráticas” [sic]. As declarações reproduziram o discurso de Trump, que acusou o país de promover uma “caça às bruxas” e ameaçou impor tarifas aos integrantes do Brics. Em resposta, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva repudiou qualquer interferência externa e reafirmou a soberania nacional. O episódio somou-se à crescente retórica de aliados conservadores dos EUA que acusam o STF de instrumentalização judicial, especialmente em relação ao ministro Alexandre de Moraes. ([Folha de S. Paulo - Impresso - Política - 09/07/2025](#)).

Governo brasileiro respondeu aos EUA sobre decisões judiciais em julho



No dia 9 de julho, em Brasília, por meio de ofício enviado ao Departamento de Justiça dos EUA, o Ministério da Justiça brasileiro afirmou que decisões judiciais no país possuem validade apenas em território nacional, sem citar expressamente as determinações do ministro Alexandre de Moraes. A manifestação ocorreu após questionamentos norte-americanos sobre medidas contra a plataforma Rumble, sob alegação de extraterritorialidade. O governo brasileiro reafirmou a soberania jurídica nacional, preservando o diálogo bilateral, ao mesmo tempo em que o ex-presidente Donald Trump manifestou apoio público a Jair Bolsonaro (PL), intensificando as divergências diplomáticas entre os dois países ([Folha de S. Paulo - Impresso - Política - 09/07/2025](#)).

Lula rebateu Trump e afirmou soberania da Justiça brasileira sobre processos golpistas

No dia 9 de julho, em Brasília, por meio de nota pública e publicação em mídias sociais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reagiu às declarações do presidente norte-americano Donald Trump, que impôs tarifas ao Brasil enquanto defendia Jair Bolsonaro (PL) como perseguido judicialmente. Lula afirmou que o país possui instituições independentes e não aceitará "tutela externa", ressaltando que processos contra golpistas competem exclusivamente à Justiça brasileira. O mandatário também destacou que empresas estrangeiras devem respeitar a legislação nacional, incluindo o combate a discursos de ódio e crimes digitais. A manifestação ocorreu em meio a pressões de setores conservadores dos EUA contra decisões do STF, especialmente as do ministro Alexandre de Moraes ([Folha de S. Paulo - On-line - Política - 09/07/2025](#)).

Brasil anunciou reciprocidade contra elevação de tarifas dos EUA sob governo Trump

No dia 9 de julho, em Brasília, por meio de nota oficial e publicação nas redes sociais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reagiu ao aumento das tarifas norte-americanas sobre produtos brasileiros de 10% para 50%, decretado pelo presidente Donald Trump. Lula afirmou que o Brasil responderá com base na lei de reciprocidade, destacando que os EUA mantêm superávit comercial de US\$ 410 bilhões com o país nos últimos 15 anos. O governo brasileiro convocou reunião ministerial de emergência para avaliar medidas, considerando desde retaliações tarifárias até sanções cruzadas em serviços e propriedade intelectual. A decisão de Trump, que vinculou as tarifas a críticas ao STF e ao tratamento dado a Jair Bolsonaro (PL), foi interpretada pelo Planalto como interferência política ([Folha de S. Paulo - Impresso - Mercado - 09/07/2025](#)).

Governo brasileiro criou grupo de estudos para responder a sobretaxa de Trump

No dia 10 de julho, em Brasília, durante reunião no Palácio da Alvorada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ministros discutiram medidas de retaliação à sobretaxa de 50% imposta pelos EUA sobre produtos brasileiros. A Casa Civil anunciou a formação de um grupo técnico para avaliar a resposta mais adequada, considerando os impactos econômicos e diplomáticos. Embora Lula tenha citado a Lei de Reciprocidade como possível instrumento, assessores técnicos alertaram que tarifas sobre importações dos EUA poderiam gerar efeitos colaterais inflacionários. Alternativas como retaliações cruzadas em serviços e propriedade intelectual estão sendo estudadas, replicando estratégia usada anteriormente em disputa sobre subsídios ao algodão. A medida do presidente dos EUA, Donald Trump, que entra em vigor em 1º de agosto, foi fundamentada por supostas injustiças no tratamento dado pela Justiça brasileira a Jair Bolsonaro (PL) e plataformas digitais estadunidenses ([Folha de S. Paulo - On-line - Economia - 10/07/2025](#)).

Lula preparou estratégia para vincular Bolsonaro a tarifas de Trump e mobilizar empresários

No dia 12 de julho, em Brasília, o governo Lula iniciou uma ofensiva política e midiática para associar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) às tarifas de 50% impostas pelo presidente dos EUA Donald Trump, posicionando Bolsonaro (PL) como responsável pelos prejuízos à economia brasileira. A estratégia inclui maior exposição de Lula em entrevistas, campanhas institucionais sobre soberania nacional e aproximação com o empresariado, setor tradicionalmente crítico ao petista. O plano prevê ainda a utilização de vídeos e materiais que reforcem a imagem de Trump como ameaça aos interesses nacionais, vinculando-a a Bolsonaro (PL) e ao governador de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos). Paralelamente, o governo busca demonstrar ação prática contra as tarifas, com a previsão de convocação do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável e de reuniões com governadores para discutir impactos econômicos ([Folha de S. Paulo - On-line - Política - 12/07/2025](#)).

BRICS adotou declaração sobre governança inclusiva e sustentável durante cúpula no Rio

No dia 6 de julho de 2025, por meio de nota à imprensa, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) informou que os líderes do Brics reafirmaram o compromisso com a cooperação multilateral durante a XVII Cúpula do bloco, realizada no Rio de Janeiro. O encontro, que contou com a adesão da Indonésia como novo membro e de outros 11 países como parceiros, destacou a necessidade de reformas em instituições globais, como a ONU e o FMI, para ampliar a representação do Sul Global. Além disso, foram aprovadas declarações sobre finanças climáticas, inteligência artificial e eliminação de doenças socialmente determinadas, reforçando a atuação conjunta em desafios globais. Os líderes também condenaram medidas unilaterais contrárias ao direito internacional e defenderam soluções pacíficas para conflitos, incluindo no Oriente Médio e na Ucrânia. A cúpula ainda avançou em iniciativas de comércio, infraestrutura e desenvolvimento sustentável, com ênfase na redução de desigualdades ([Notas à Imprensa - MRE - 06/07/2025](#)).

BRICS defendeu governança global de IA inclusiva e centrada na ONU

No dia 12 de julho, por meio de nota à imprensa, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) divulgou a declaração dos líderes do Brics sobre governança global da inteligência artificial. O documento destacou a necessidade de uma abordagem equilibrada, com a ONU como estrutura central, para garantir desenvolvimento sustentável, soberania digital e redução de assimetrias tecnológicas. Os países defenderam regulamentações nacionais e internacionais que promovam inovação responsável, proteção de dados, concorrência justa e acesso equitativo à tecnologia, especialmente para nações em desenvolvimento. Além disso, enfatizaram a importância de mitigar vieses discriminatórios, assegurar transparência e priorizar o interesse público, com supervisão humana sobre os sistemas de IA. O grupo também defendeu cooperação multilateral para evitar fragmentação regulatória e fortalecer capacidades locais em pesquisa e infraestrutura digital ([Notas à Imprensa - MRE - 06/07/2025](#)).

BRICS adotou declaração sobre finanças climáticas durante reunião no Rio de Janeiro

**GEDES**GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA
E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Observatório de Política Exterior Brasileira

No dia 7 de julho de 2025, por meio de nota à imprensa, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) informou que os líderes do Brics aprovaram a Declaração-Marco sobre Finanças Climáticas durante encontro no Rio de Janeiro. O documento reforçou o compromisso do bloco com um sistema financeiro internacional mais justo para ampliar recursos destinados ao clima, alinhado com o Acordo de Paris e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC). Os países destacaram a necessidade de aumentar financiamentos concessionais e públicos, especialmente para adaptação em nações em desenvolvimento, e cobraram que países desenvolvidos cumpram metas como a mobilização de US\$ 300 bilhões anuais até 2035. Além disso, defenderam reformas na arquitetura financeira global e maior cooperação em taxonomias verdes, títulos sustentáveis e mercados de carbono, rejeitando medidas unilaterais que prejudiquem o comércio sob pretexto ambiental. O marco inclui um plano de ação com prioridades como troca de experiências em transições justas e avaliação de riscos climáticos no sistema financeiro ([Notas à Imprensa - MRE - 07/07/2025](#)).

BRICS estabeleceu parceria para eliminar doenças ligadas a desigualdades sociais

No dia 7 de julho de 2025, por meio de nota à imprensa, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) informou que os países do Brics lançaram a Parceria para a Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas (DSDs) durante encontro no Rio de Janeiro. A iniciativa visa combater enfermidades agravadas por pobreza, exclusão e falta de acesso à saúde, com foco em populações vulneráveis. O bloco definiu cinco eixos de ação, incluindo fortalecimento de sistemas públicos de saúde, cooperação em pesquisa e inovação, e mobilização de financiamento internacional. A parceria priorizará doenças como tuberculose, malária e outras DSDs, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Os países também planejam articular posições conjuntas em fóruns globais, como a OMS, e ampliar iniciativas existentes, como a Rede de Pesquisa em Tuberculose do BRICS. O plano inclui a criação de um roteiro com ações práticas, como capacitação técnica e engajamento com bancos de desenvolvimento ([Notas à Imprensa - MRE - 07/07/2025](#)).

Brasil obteve abertura de mercado para exportar colágeno bovino à Malásia

No dia 7 de julho de 2025, por meio de nota conjunta, os Ministérios das Relações Exteriores (MRE) e da Agricultura e Pecuária (MAPA) informaram que a Malásia autorizou a importação de colágeno bovino brasileiro para alimentação animal. A medida amplia as oportunidades comerciais do agronegócio nacional no Sudeste

**GEDES**GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA
E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Observatório de Política Exterior Brasileira

Asiático, região com demanda crescente por insumos de qualidade para aves e suínos. Em 2024, o Brasil exportou US\$ 1,27 bilhão em produtos agropecuários para o país, incluindo açúcar, cereais e carnes. Esta conquista eleva para 388 o número de aberturas de mercado obtidas desde 2023, resultado da atuação coordenada entre o MRE e o MAPA ([Notas à Imprensa - MRE - 07/07/2025](#)).

Brasil e Índia reforçaram parceria estratégica durante visita de Narendra Modi

No dia 8 de julho, por meio de nota à imprensa, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) informou que o Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi, realizou visita de Estado ao Brasil, a convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em Brasília, os líderes se reuniram no Palácio do Alvorada, onde trataram de cooperação bilateral e assinaram acordos, seguidos de declaração conjunta e almoço de Estado. A agenda destacou cinco eixos prioritários: defesa, segurança alimentar, transição energética, transformação digital e parcerias industriais. A visita ocorreu após a participação de Modi na Cúpula do BRICS no Rio de Janeiro e deu continuidade ao diálogo iniciado durante a Cúpula do G20 em Nova Delhi, em 2023 ([Notas à Imprensa - MRE - 07/07/2025](#)).

Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovou resolução brasileira sobre acesso a medicamentos

No dia 7 de julho, por meio de nota à imprensa, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) informou que o Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovou resolução sobre acesso universal a medicamentos, vacinas e tecnologias de saúde, proposta pelo Brasil em coordenação com sete países. O texto destacou a necessidade de transferência de tecnologia, acesso a patógenos e distribuição equitativa de produtos médicos a preços acessíveis, visando atingir a meta 3.8 dos ODS (cobertura universal de saúde). A resolução expressou preocupação com a concentração geográfica da produção farmacêutica e reforçou o papel do Brasil como líder histórico nessa agenda, desde sua primeira proposta sobre o tema em 2001 ([Notas à Imprensa - MRE - 07/07/2025](#)).

Presidente da Indonésia realizou visita de Estado ao Brasil para fortalecer parceria estratégica

No dia 9 de julho, por meio de nota à imprensa, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) informou que o Presidente da Indonésia, Prabowo Subianto, visitou o Brasil a

**GEDES**GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA
E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Observatório de Política Exterior Brasileira

convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em Brasília, os líderes se reuniram no Palácio do Planalto para discutir cooperação bilateral e temas multilaterais, seguido de almoço no Palácio Itamaraty. A visita, que ocorreu após a participação do presidente indonésio na Cúpula do BRICS no Rio de Janeiro, reforçou a parceria estratégica estabelecida em 2008, com ênfase em mudança climática, segurança alimentar e energética. Por fim, vale destacar que o comércio bilateral atingiu recorde de US\$ 6,3 bilhões em 2024, posicionando a Indonésia como 5º maior destino das exportações do agronegócio brasileiro ([Notas à Imprensa - MRE - 08/07/2025](#)).

Brasil obteve abertura de mercado na UE para exportação de castanha de baru

No dia 8 de julho, por meio de nota conjunta, os Ministérios das Relações Exteriores (MRE) e da Agricultura (MAPA) informaram que a União Europeia autorizou a importação de castanhas torradas de baru do Brasil. O produto, considerado "superalimento", reforça a bioeconomia brasileira e a valorização do cerrado no mercado internacional. A UE, segundo maior destino das exportações agropecuárias do Brasil, importou US\$ 23 bilhões em produtos brasileiros em 2024. Esta conquista eleva para 389 o número de aberturas de mercado obtidas desde 2023, resultado da atuação coordenada entre MRE e MAPA ([Notas à Imprensa - MRE - 08/07/2025](#)).

Brasil e Índia reforçaram parceria estratégica com cinco eixos prioritários

No dia 8 de julho, o Primeiro-Ministro indiano Narendra Modi realizou visita de Estado ao Brasil, onde se reuniu com o Presidente Lula em Brasília. Os líderes definiram cinco áreas prioritárias: defesa e segurança, segurança alimentar, transição energética, transformação digital e parcerias industriais. Foram assinados seis acordos, incluindo cooperação antiterrorismo e energias renováveis. Reafirmaram posições comuns em fóruns multilaterais e apoio mútuo à reforma da ONU. Com um comércio bilateral de US\$ 12 bilhões em 2024, os países buscarão reduzir barreiras comerciais. A visita consolidou a parceria estratégica estabelecida em 2006 entre as duas maiores democracias do Sul Global ([Notas à Imprensa - MRE - 08/07/2025](#)).

Brasil obteve abertura de mercado para exportar arroz à Costa Rica

No dia 9 de julho, por meio de nota conjunta, os Ministérios das Relações Exteriores (MRE) e da Agricultura (MAPA) informaram que a Costa Rica autorizou a importação de arroz em casca e polido do Brasil. A medida amplia as exportações brasileiras

para a América Central, região dependente de importações do cereal. Em 2024, a Costa Rica comprou US\$ 272 milhões em produtos agropecuários brasileiros. Esta conquista eleva para 391 o número de aberturas de mercado obtidas desde 2023, resultado da atuação conjunta do MRE e MAPA ([Notas à Imprensa - MRE - 09/07/2025](#)).

Brasil conquistou abertura de mercado para carne bovina em El Salvador

No dia 9 de julho, por meio de nota conjunta, os Ministérios das Relações Exteriores (MRE) e da Agricultura (MAPA) informaram que El Salvador aprovou o certificado sanitário para importação de carne bovina brasileira. A medida amplia as exportações para o país, que importou US\$ 283 milhões do produto em 2024. Em 2024, El Salvador já havia comprado US\$ 105 milhões em outros produtos agropecuários brasileiros. Esta conquista eleva para 392 o número de aberturas de mercado obtidas desde 2023, resultado da atuação conjunta entre MRE e MAPA ([Notas à Imprensa - MRE - 09/07/2025](#)).

Togo concedeu agrément a novo Embaixador brasileiro

No dia 9 de julho, por meio de nota à imprensa, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) informou que o governo do Togo aprovou a nomeação de Luís Ivaldo Villafañe Gomes Santos como Embaixador do Brasil no país. Atualmente representante diplomático no Iraque, Villafañe terá sua designação submetida ao Senado Federal, conforme exigência constitucional. O agrément marca o fortalecimento das relações bilaterais entre Brasil e Togo ([Notas à Imprensa - MRE - 09/07/2025](#)).

Brasil concedeu agrément a nova Embaixadora do Sri Lanka

No dia 9 de julho, por meio de nota à imprensa, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) informou que concedeu agrément a Chaminda Inoka Colonne como Embaixadora do Sri Lanka no Brasil. A designação marca o fortalecimento das relações diplomáticas entre os dois países ([Notas à Imprensa - MRE - 09/07/2025](#)).

Namíbia concedeu agrément a novo Embaixador brasileiro

No dia 11 de julho, por meio de nota à imprensa, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) informou que o governo da Namíbia aprovou a nomeação de

**GEDES**GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA
E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Observatório de Política Exterior Brasileira

Pedro de Castro da Cunha e Menezes como Embaixador do Brasil no país. Atualmente diretor de Áreas Protegidas do ICMBio e ex-Cônsul-Geral em Ciudad del Este, o diplomata terá sua designação submetida ao Senado Federal, conforme exigência constitucional. O agrément reforça as relações bilaterais entre Brasil e Namíbia ([Notas à Imprensa - MRE - 11/07/2025](#)).

Cânion do Peruaçu foi incluído na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO

No dia 13 de julho, por meio de nota à imprensa, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) informou que o Cânion do Peruaçu, em Minas Gerais, foi reconhecido como Patrimônio Mundial pela UNESCO durante a 47ª reunião do comitê em Paris. A área foi destacada por suas formações geológicas excepcionais e beleza cênica, atendendo aos critérios científicos e estéticos da convenção. Com esta inclusão, o Brasil passa a ter 25 sítios na lista, sendo 9 naturais. A candidatura foi resultado do trabalho conjunto entre MRE, Ministério do Meio Ambiente e ICMBio, reforçando o compromisso do país com a preservação ambiental ([Notas à Imprensa - MRE - 13/07/2025](#)).